REPECULT
ISSN 2526-2742 DOI.ORG/10.29327/211303

ENSINO INCLUSIVO: um olhar sobre a educação básica para alunos com tea

Reginne Michelli Silva Iocca
Claudia Landin Negreiros

Resumo

Este artigo aborda os resultados obtidos e as conclusões da pesquisa de mestrado intitulada "Ensino Inclusivo de Ciências e Matemática: Percepção dos Professores sobre as Práticas Pedagógicas na Educação Básica com Vistas ao Aluno TEA em Sinop/MT" onde, por meio de abordagem qualitativa, realizou-se a análise dos desafios e práticas pedagógicas na inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacando as implicações e recomendações para que possamos, de fato ter ações significativas para o desenvolvimento do ensino inclusivo. A pesquisa visou compreender os desafios e práticas pedagógicas adotadas por professores que lecionam as componentes de Ciências e Matemática na educação básica para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Apresentando análises por meio da metodologia aplicada em conjunto com uma revisão de literatura, análise documental e levantamento de percepções dos professores, os resultados apontaram percepções importantes a serem consideradas quanto a realidade da educação inclusiva. Mesmo sendo um desafio complexo, a inclusão de fato dos alunos com TEA no sistema educacional só ocorrerá com a implementação das recomendações propostas pelos educadores das redes de ensino, com comprometimento de uma formação e suporte educacional contínuo, assim é possível criar um ambiente de aprendizagem verdadeiramente inclusivo e equitativo.

Palavras-chave: Autismo; Práticas Pedagógicas; Formação Docente; Suporte; Inclusão.

INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), na educação básica é um direito assegurado por lei, ainda assim, a implementação prática deste direito enfrenta inúmeros desafios.

O autismo, derivado da palavra grega "autos" (próprio ou de si mesmo), refere-se a uma condição caracterizada por desvios qualitativos na interação social, na comunicação e no uso da criatividade. Historicamente, o termo foi utilizado pela

ISSN 2526-2742 DOI.ORG/10.29327/211303

primeira vez em 1911 pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler para descrever a perda de contato com a realidade. Em 1943, Leo Kanner descreveu o autismo infantil como um estado comportamental com características específicas, principalmente em meninos. Paralelamente, Hans Asperger, em 1944, identificou características semelhantes, levando à definição do que hoje conhecemos como Síndrome de Asperger.

A inclusão educacional no Brasil evoluiu significativamente desde a Constituição Federal de 1988, que promoveu o bem de todos sem preconceitos. A Declaração de Salamanca de 1994 foi um marco que impulsionou globalmente a educação inclusiva. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) e outras normativas subsequentes, como a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei 12.764/12), estabeleceram diretrizes claras para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE).

Em 27 de dezembro de 2012, a Lei 12.764/12 instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei Berenice Piana), que determina o direito dos autistas a um diagnóstico precoce, tratamento, terapias e medicamento através do Sistema Único de Saúde (SUS), proteção social, acesso à educação e a serviços que propiciem a igualdade de oportunidades, esta lei marcou a abertura no campo educacional que possibilita o aluno Autista aprender, identificando o Autismo como uma deficiência para todos os efeitos legais.

A lei Berenice Piana foi regulamentada pelo Decreto 8368/2014, que tem como base a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) e a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), para todas as medidas relacionadas ao campo da saúde do Autista. A Lei 13146/2015, que gerou o estatuto de inclusão da pessoa com TEA, assegurado a todos o acesso a serviços de saúde, públicos e privados; e, posteriormente, a Lei 13861/2019, que tornou obrigatória a inclusão das especificidades relativas ao TEA nos censos demográficos efetuados a partir de 2019.

A reformulação da Política Nacional de Educação Especial (PNEE), pelo Ministério da Educação através do decreto 10.502/2020, garante os direitos à educação e ao atendimento educacional especializado aos alunos com TEA, ampliando a oferta de escolas e classes especializadas condicionando a matrícula à escolha do aluno ou de seu responsável.

Ainda que o país necessite de ações constantes para o cumprimento de todas as leis, principalmente com relação à educação, a sociedade dispõe de uma ampla

ISSN 2526-2742 DOI.ORG/10.29327/211303

legislação de amparo à inclusão. É preciso compreender que a inclusão é primordialmente um exercício de cidadania e respeito para com o próximo, e que todos, independentemente das diferenças, necessitam se integrar aos meios educacional, social e profissional, a fim de fazer valer seus direitos como cidadãos, para tanto, é necessário desenvolver as formações de professores pois esta é um elemento crucial na implementação eficaz da educação inclusiva. Estudos revisados por Iocca indicam que a formação inicial nas licenciaturas não aborda de forma ampla e prática os conceitos de inclusão, deixando uma lacuna significativa no preparo dos educadores para lidar com a diversidade em sala de aula. Autores como Nóvoa (1995) e Paulo Freire (1997) enfatizam a importância de uma formação contínua, crítica e reflexiva, que vá além da acumulação de conhecimentos e técnicas, promovendo uma identidade profissional que valorize a experiência e a prática docente.

O Transtorno do Espectro Autista é diagnosticado com base em critérios específicos estabelecidos no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5). Os principais critérios incluem déficits persistentes na comunicação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento o que amplia os desafios no ensino de ciências e matemática para alunos com TEA. O ensino de Ciências apresenta desafios únicos para alunos com TEA devido à abstração dos conceitos científicos.

A literatura revisada destaca a necessidade de metodologias que envolvam problematização, observação e experimentação, tornando o aprendizado mais concreto e acessível. Sousa (2017) sugere que o uso de recursos didáticos manuais e tecnológicos pode facilitar o processo de aprendizagem, amenizando bloqueios e estimulando a cognição e a motricidade fina dos alunos. Já a Matemática é frequentemente vista como uma disciplina complexa e formal, especialmente para alunos com TEA, que podem ter dificuldades com a abstração e a interpretação de textos não literais. Dados da pesquisa indicam que abordagens lúdicas e o uso de recursos tecnológicos podem tornar o ensino de Matemática mais acessível e significativo. Santos e Caixeta (2012) destacam a importância de metodologias que considerem as especificidades dos alunos, promovendo um aprendizado mais leve e prazeroso.

Buscando direcionar um recorte da educação inclusiva, o trabalho teve como objetivo principal investigar as percepções dos professores sobre as estratégias pedagógicas utilizadas para o ensino de Ciências e Matemática a alunos com TEA,

ISSN 2526-2742 DOI.ORG/10.29327/211303

pautando as investigações em torno de três objetivos específicos: Identificar as necessidades pedagógicas dos professores; conhecer a visão dos professores sobre a prática inclusiva; descrever o suporte pedagógico disponível para o ensino inclusivo em Sinop. Este artigo oferece uma visão abrangente das análises dos resultados apresentados na dissertação de mestrado, destacando os principais pontos e implicações da revisão da literatura e dados fornecidos à pesquisa. Espero contribui significativamente para a área de ensino inclusivo e no fomento de práticas pedagógicas que auxiliem no ensino de alunos com TEA.

METODOLOGIA

O Lócus da pesquisa fora o município de Sinop, cidade onde reside a pesquisadora, localizada a 479,5 km da capital Cuiabá, possui, conforme dados levantados em 2023, 18 escolas municipais de educação básica (EMEB) que atendem do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental (EF), o Centro Municipal de Educação Especializada de Sinop (CMEEIS) e nove escolas estaduais que atendem do 6º ao 9º ano do E F, além do Ensino Médio EM.

Os participantes da pesquisa, foram professores que atuam com as componentes curriculares de Ciências e Matemática, e atendem alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em sala de aula inclusiva ou de atendimento especializado, no Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), nas escolas públicas e/ou privadas que se disponibilizaram a participar da pesquisa.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), aprovou a pesquisa pelo parecer 5.823.850, em 17 de dezembro de 2022, o convite às coordenações das escolas participantes, fora encaminhado via e-mail bem como o envio do link do formulário (https://forms.gle/o8xHitxMs3UekLmn6) , agrupado ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que autorizou o uso e publicação das respostas do formulário de pesquisa, bem como de futuras entrevistas, se necessário, com a preservação das identidades dos participantes.

A pesquisa seguiu os preceitos éticos, pleiteando condições e adotando medidas de segurança necessárias para garantir a confidencialidade e o anonimato de todos os envolvidos durante a investigação, preservando, assim, a identidade das instituições e dos participantes, prevenindo quanto aos riscos para os envolvidos.

ISSN 2526-2742 DOI.ORG/10.29327/211303

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, iniciando com uma análise de documentos públicos, incluindo decretos, leis e normativas, seguida por uma revisão de literatura sobre a temática. Em seguida, foi realizado um levantamento diagnóstico através de um formulário online, destinado a captar as percepções dos professores que atuam com Ciências e Matemática em salas de aula inclusivas.

A autora optou pelo método de pesquisa exploratória e descritiva, sendo que esta, teve por objetivo principal descrever as características de um fato, estabelecendo relações entre variáveis, na utilização de técnicas padronizadas de produção de dados, por meio de questionários e a observação sistemática, fazendo uso da análise exploratória para maior familiaridade com o problema e flexibilidade das análises dos dados, possibilitando a reflexão dos mais variados aspectos quanto ao que se é estudado. (Gil, 2007, p. 33)

Como recurso de investigação, foram realizadas análises documentais junto à SEMED, SEDUC, Fundação do Ministério da Educação (MEC), bem como pesquisa em documentos públicos, conforme Triviños (1987), aliado à revisão bibliográfica. Por seguinte, como instrumento de produção de dados, foi aplicado um formulário *online* com perguntas semiestruturadas (Anexo I).

DESENVOLVIMENTO

Para a produção de dados, foi elaborado um questionário, direcionado aos professores, na perspectiva dos alunos Autistas. Todavia, a análise dos resultados mostrou que os dados não se limitaram aos componentes de Ciências e Matemática, e também não é exclusivo do TEA, pois os resultados se expandem para uma inclusão Multidisciplinar de todos os alunos com NEE diversas.

A análise dos dados foi realizada utilizando a metodologia interpretativa, permitindo uma maior familiaridade com o problema tornando flexível as reflexões em variados aspectos quanto ao que se é estudado. O estado da arte revelou que, embora haja um reconhecimento crescente da necessidade de inclusão, a maioria dos estudos se concentra em análises bibliográficas, políticas pedagógicas e estudos de caso sobre o processo de aprendizagem de alunos autistas em salas de aula regulares ou de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Poucos estudos abordam práticas pedagógicas específicas, especialmente para os anos iniciais ou ensino superior, e

ISSN 2526-2742 DOI.ORG/10.29327/211303

muitos destacam a importância de a formação continuada dos professores como fundamental para o preparo dos educadores atenderem as especificidades de uma sala de aula inclusiva, a criação de equipes psicopedagógicas de suporte contínuo, e o fortalecimento das políticas públicas para garantia de recursos adequados.

O estudo mostrou que apesar de uma crescente conscientização sobre a necessidade de inclusão, ainda existem lacunas significativas na formação de professores e na implementação de práticas pedagógicas eficazes para alunos inclusivos. Em comparação com outros estudos revisados na dissertação, destaca-se uma lacuna significativa na formação de professores e no suporte pedagógico disponível para a inclusão de alunos com TEA. Os estudos com similaridade a temática, também identificam a necessidade de constante formação dos professores para o desenvolvimento de práticas pedagógicas diferenciadas e a implementação de planos políticos pedagógicos que contemple as necessidades dos alunos Autistas, considerando suas particularidades.

Dentre os trabalhos resultantes da pesquisa do estado da arte, salvo as repetições de artigos, teses e/ou dissertações, a autora constatou que as temáticas dos trabalhos de modo geral, após o processo de filtragem dos textos, por título, resumo e conclusões, podem se agrupar e subdividir em temas correlacionados a temática, porém com foco em análises bibliográficas ou político pedagógica, estudos de caso do processo de aprendizagem de alunos Autistas específicos em processos terapêuticos ou acompanhamento em sala de aula regular ou de AEE, alguns abordam análise ou narrativas da inclusão escolar em cidades específicas ou da observação de um aluno em específico, as perspectivas maternas e familiares quanto ao Autismo e temas voltados a estruturas de apoio aos pais e cuidadores. Poucos abordam sobre práticas pedagógicas ou formação de professores, demandas educacionais emergentes, os que tratam desta, são voltados aos anos iniciais ou ensino superior; alguns abordam a formação continuada ou prática para as componentes de educação física, música, artes, geografia e equinoterapia, incentivo à leitura e análises de práticas de intervenção para comunicação e mediação social, a multidisciplinariedade no processo de aprendizagem mas não voltado especificamente ao ensino de ciências e matemática. A revisão da literatura destaca a importância de uma abordagem integrada e colaborativa, envolvendo educadores, formuladores de políticas e

ISSN 2526-2742 DOI.ORG/10.29327/211303

organizações da sociedade civil, para garantir uma educação de qualidade e inclusiva para todos.

Os resultados da pesquisa evidenciam que, embora a inclusão seja um direito garantido por lei, muitas escolas ainda não estão preparadas para atender de forma eficaz alunos com TEA. As práticas pedagógicas inclusivas são vistas como um desafio contínuo, refletindo a sobrecarga e o desespero dos professores, isso se constatou de modo recorrente nas respostas dos participantes, a falta de suporte físico e psicológico adequado para o desenvolvimento do trabalho inclusivo como um dos fatores que dificulta a implementação eficaz das estratégias pedagógicas.

A pesquisa destaca a necessidade de uma equipe psicopedagógica estruturada, com material didático adaptado e um ambiente de ensino inclusivo que atenda às necessidades específicas dos alunos. Apesar das leis que garantem a inclusão escolar, muitas escolas do município lócus da pesquisa, ainda não estão preparadas para atender de forma eficaz alunos com TEA, devido a várias barreiras, incluindo a ausência de formação para professores lidarem com as necessidades específicas dos alunos com TEA, a ausência de uma equipe psicopedagógica bem estruturada e a necessidade de investimentos em infraestrutura e material didático adaptado.

Quanto ao diagnóstico precoce do TEA, a pesquisa identifica o contato direto com a família como fator crucial para a inclusão bem-sucedida. No entanto, a autora relata que muitos alunos com TEA não têm acesso a suporte terapêutico gratuito e suas famílias as vezes enfrentam desafios adicionais, como estresse e ansiedade, devido à falta de recursos. Mesmo com o trabalho da Associação de Pais e Amigos do Autista (AMA) em Sinop, oferecendo terapias gratuitas e suporte psicológico para famílias, a demanda supera a capacidade de atendimento da ONG, indicando a necessidade de mais recursos e apoio institucional.

CONSIDERAÇÕES

Os professores referem que muitos pais e responsáveis não conseguem contribuir com o desenvolvimento educacional do aluno de ensino inclusivo. Isso pode estar relacionado não só à indiferença deles, mas ao fato de não possuírem acesso a um estudo ou formação, não terem suporte de políticas públicas familiares de acolhimento, auxílio psicológico e de conscientização da importância da família no

ISSN 2526-2742 DOI.ORG/10.29327/211303

papel da inclusão. Somado a isso, está o descaso com a educação inclusiva no município, onde muitos não conseguem manter os filhos na escola pela ausência de profissionais especializados que os acompanhe. Talvez não pela falta de profissionais para o cargo, mas pela ausência de qualificação e baixo salário fornecido pelo município. Atualmente a maioria das auxiliares não possui especialização, e muitas ainda estão em formação.

A construção da autonomia do aluno com TEA não se faz somente no processo educacional multidisciplinar inclusivo, mas no apoio à família atípica, na inclusão desta em espaços coletivos e sociais. Diversos setores sociais, prefeitura, secretarias de educação e saúde, a sociedade de modo geral, precisam se responsabilizar quanto ao seu papel de inclusão, tomando conhecimento sobre as dificuldades e demandas dos Autistas, seus familiares, cuidadores e professores.

Também é algo preocupante que não se aborde sobre a educação inclusiva, refletindo quanto ao ambiente escolar participativo, no qual os alunos aprendam e se desenvolvam de forma mais linear. Ao longo deste processo, um viés para a escolarização do aluno com TEA durante a formação inicial do professor se faz necessário, visto que dentre todas as NEE, o TEA apresenta um quadro diagnóstico abrangente e com comorbidades associadas que afetam seu desenvolvimento cognitivo, social e comportamental.

Os desafios enfrentados pelos profissionais envolvidos no processo de desenvolvimento da criança, a saga do professor na busca de melhores condições para o desenvolvimento de práticas em salas de aula inclusiva, precisa de um respaldo acadêmico, social e governamental, a sala de aula inclusiva não pode ser a eterna "sala laboral", e o educador precisa estar minimamente preparado para exercer o seu papel com os devidos suportes pedagógicos.

É necessário que na elaboração e execução das políticas públicas educacionais se considere as limitações físicas e emocionais do professor. Reconhecer que os cursos de formação capacitiva para inclusão de alunos com NEE de modo geral e pontual, são um grande avanço para uma prática pedagógica direcionada para a inclusão do todo, mas que isso só será suficiente se houver constância, capacitação de todo corpo pedagógico, diretores, coordenadores, auxiliares, bem como dos demais que atuam no espaço educativo (limpeza, cantina, secretaria e recepção escolar).

ISSN 2526-2742 DOI.ORG/10.29327/211303

O suporte psicopedagógico para o ensino inclusivo deve ser descentralizado do professor, o qual possui a responsabilidade de carregar o ensino inclusivo como um fardo de retalhações, sobrecargas, medos, esgotamento e limitações, que por muito se reflete no desenvolvimento do aluno e na rejeição deste por seus pares e sua exclusão no ambiente ao qual está inserido. Com uma abordagem holística e multiprofissional, planeando as condições estabelecidas no ideal de ensino inclusivo, o professor poderá ocupar o seu lugar de disseminador do conhecimento, ponte de acolhimento do todo, observador e orientador do processo educacional de forma leve e produtiva.

É fundamental compreender o diagnóstico do aluno, mas olhar para todos quanto ao seu jeito de sentir e agir, seus interesses, desejos e o meio em que vive, pensar e recorrer a diferentes métodos pedagógicos, assimilando as especificidades dos alunos com práticas educativas que lhes favoreçam em todas as etapas do processo educativo.

Diante aos conhecimentos acerca da realidade de ensino do nosso município e suas precariedades, é nítido que pouco mudou na última década e, se faz urgente uma adequação para a educação inclusiva. As creches municipais em sua maioria possuem ao menos um aluno com NEE com diagnostico ou em investigação, essa é a geração do ensino fundamental nos próximos anos e, quais serão as ações para que o ensino inclusivo não permaneça como na última década? Quais os suportes metodológicos, psicopedagógicos e públicos as escolas terão para desenvolver o processo de ensino e aprendizado inclusivo, tão bem descritos nas leis, mas não são postos em prática de forma efetiva? Quando a sobrecarga do ensino se distribuirá de forma eficaz sem uma sobrecarga física, financeira e emocional dos professores? Quando será desenvolvido projetos de lei de formação e treinamento de todos os profissionais da rede de ensino para que se tenha um ensino e espaço acolhedor e de fato inclusivo para todos?

As implicações desta pesquisa, para a Educação Inclusiva, são vastas e sugerem que uma abordagem integrada e colaborativa é essencial para melhorar a educação inclusiva, investimentos na formação continuada, fornecendo aos professores as ferramentas e conhecimentos necessários para atender alunos com TEA; desenvolvimento de infraestrutura adequada e apoio institucional, garantindo que as escolas tenham os recursos necessários para criar ambientes de aprendizagem

ISSN 2526-2742 DOI.ORG/10.29327/211303

inclusivo e fortalecer o apoio das políticas públicas e das ONGs para garantir um suporte contínuo e eficaz para alunos e professores, destacando a urgência de uma ação coordenada entre educadores, formuladores de políticas e organizações da sociedade civil. As implicações desta pesquisa sugerem que uma abordagem integrada, que combine formação, suporte institucional e políticas públicas robustas, é essencial para garantir que todos os alunos recebam uma educação de qualidade, respeitando suas necessidades e potencialidades individuais pois, ainda que nossa a sociedade disponha de uma ampla legislação de amparo à inclusão, nosso país necessite de ações constantes para o cumprimento de todas essas leis, principalmente com relação à educação em toda a sua esfera, no âmbito escolar do ensino básico ao superior, nos suportes do SUS, terapias e tratamentos públicos bem como nos projetos de conscientização social. É preciso compreender que a inclusão é primordialmente um exercício de cidadania e respeito para com o próximo, e que, independentemente das diferenças religiosas, financeiras, de raça, físicas ou neurológicas, todos, necessitam se integrar aos meios educacional, social e profissional, a fim de fazer valer seus direitos como cidadãos.

Almejo que a pesquisa possa auxiliar na compreensão do processo de ensino do aluno com TEA e no preparo dos professores que experenciam uma sala de aula inclusiva, de modo a evidenciar as necessidades e desafios durante as práticas de Ciências e Matemática desenvolvidas em sala de aula regular. Faz-se necessária a ampliação das discussões que abordem as práticas pedagógicas inclusivas de forma mais ampla, utilizando-se de experiências reais vivenciadas pelos professores da Educação Básica. Assim, esta pode servir de apoio para o estudo da prática pedagógica não só para alunos com TEA, pois espera-se que os resultados possam subsidiar ações voltadas ao processo de ensino inclusivo como um todo, na produção de um material para auxílio de estudo e pesquisa sobre as práticas pedagógicas no ensino de Ciências e Matemática bem como práticas multidisciplinares nas escolas.

REFERÊNCIAS

AUTISMO REALIDADE. *O que é Autismo – Perguntas e Respostas*. 2011. Disponível em: Home - Autismo e Realidade. Acesso em: 04 jan. 2023.

ISSN 2526-2742 DOI.ORG/10.29327/211303

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. *PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.* Brasília; MEC. SEMESP. 2020.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.* Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes Curriculares para a Educação Especial na Educação Básica:* Resolução CNE/CEB no. 02, de 11 de setembro de 2001. Brasília: CNE/CEB, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular.* Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 12 mai. 2022.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.* Lei número 9394/96, 20 de dezembro de 1996.

_____. *Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.* Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 28 dez. 2012.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências da Natureza e Matemática e suas tecnologias.* Brasília: MEC, 2000.

Conselho Nacional de Educação (CNE). *Parecer CNE/CP nº 11/2020, de 30/04/2020.* Disponível em: http://cnm.org.br/cms/images/stories/Links/09072020_Parecer_CNE_CP11_2020.pdf.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: *Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais,* 1994, Salamanca-Espanha. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf.

DSM-5. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5* / [American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento... [et al.] revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em:

ISSN 2526-2742 DOI.ORG/10.29327/211303

http://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatisticodetranstornos-mentais-dsm-5.pdf Acesso: 12 de jan. de 2023.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.* São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GIL, A.C., 1946- *Como Elaborar Projetos de Pesquisa.* 6ª ed. - São Paulo: Atlas, 2007.

Kanner L. *Autistic disturbances of affective contact*. Nervous Child. 1943;2:217-50.

SANTOS, E. C.; CAIXETA, J. E. *Autismo Infantil.* Disponível em: http://www.abrapee.psc.br/xconpe/trabalhos/1/64.pdf. Acesso em: 23 mai. 2022.

SOUSA, B. L. C. M. de. *Livro Gigante: ensino de botânica para estudantes com Autismo.* 2017. (45 f.), il. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Naturais)—Universidade de Brasília, Planaltina-DF, 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S*. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais. A Pesquisa Qualitativa em Educação.* São Paulo: editora Atlas S.A, 1987.